

EDITORIAL

A poupança do petróleo

A Agência Internacional da Energia da O.C.D.E. escolheu o mês de Outubro, do bimestre a que corresponde o presente número da *ELECTRICIDADE*, para *mês internacional da economia de energia*. É sua intenção desenvolver os esforços coordenados dos países membros para a informação geral da necessidade, permanente e a longo prazo, de se utilizar mais judiciosamente a energia disponível.

Situa-se, pois, nesse mês, a premente oportunidade de se alcançar o apoio popular para a aplicação de providências basilaramente necessárias perante a situação conjuntural relacionada com o abastecimento de petróleo, a qual se prevê prolongar-se, ou agravar-se, no decurso do próximo inverno.

Já a reunião de 13 e 14 de Junho (a nível ministerial) do Conselho da O.C.D.E. havia conduzido às directivas seguintes:

- 1 — Seguir, no que respeita ao petróleo e às outras fontes de energia, políticas de preços e políticas fiscais que reconheçam ser quase certo que os preços irão aumentar e conduzam, portanto, os utentes de energia a tomar plena consciência dessa tendência;
- 2 — Promover programas de economia de energia fundados (em medida apropriada) em políticas de preço, em projectos voluntários, em estímulos e obstáculos fiscais e, se necessário, em providências obrigatórias restritivas do consumo;
- 3 — Desenvolver o máximo esforço no aumento da produção, das trocas e da utilização do carvão e do gás;
- 4 — Fomentar a produção interna de petróleo e prosseguir na expansão da energia nuclear reforçando as precauções necessárias e cumprindo com tenacidade as disposições legais e constitucionais;
- 5 — Empreender o máximo esforço de investigação e desenvolvimento relativamente a novas técnicas energéticas e a recursos em energia recuperável;
- 6 — Ajudar os países em desenvolvimento nas pesquisas e valorização das suas fontes energéticas.

Voltando ao mês internacional da economia de combustíveis, citamos os objectivos que lhe foram fixados pela Agência Internacional da Energia:

- 1 — Intensificar os esforços praticados para divulgar os meios de diminuir os consumos;
- 2 — Explicar os compromissos tomados a esse respeito pelos países membros da AIE;
- 3 — Activar a participação popular na obtenção daqueles objectivos.

Quando este número da revista chegar aos seus leitores já provavelmente decorreram, entre os vários países membros da AIE, manifestações de circunstância programadas desde há meses. Este mês de Outubro definirá, pois, a ocasião propícia para reactivar, junto das diferentes classes de consumidores, o desejado convencimento de que se impõe a utilização da energia com a maior eficácia e a eliminação de todos os desperdícios inúteis.

Há alguns meses (Maio último) foi divulgada pela Agência Internacional de Energia uma resumida panorâmica das acções empreendidas ou programadas, pelos Estados membros, acerca da dinamização de processos de poupança e conservação de energia, em sectores comerciais, residenciais, industriais e transportes.

As indicações então divulgadas confirmam que o problema da economia energética foi encarado por diversas maneiras (fiscais, regulamentares, restrições globais de consumos, melhorias obrigatórias de rentabilidade, etc.) com maior ou menor intensidade, pela generalidade dos países. Verificamos que (como única excepção) os elementos respeitantes a Portugal não figuram na documentação distribuída.

Segundo o discurso do secretário geral da OCDE, pronunciado por essa ocasião (21 de Maio) na reunião do Conselho, a questão mais importante a ser tratada respeitava às probabilidades de se avaliar (entre os países da AIE) o efectivo cumprimento tomado de reduzir a respectiva procura de petróleo no mercado mundial de dois milhões de barris por dia — o que representa cerca de 5 % do consumo global para o ano de 1979.

Não estamos ainda em condições de estimar se esse tal compromisso será cumprido até final do ano.

No que respeita, por exemplo, ao nosso país, a economia das ramas petrolíferas está fortemente dependente da hidrolicidade do ano; por outro lado, o consumo de energia na base do petróleo afecta totalmente todos os transportes e, em grande medida, a generalidade da nossa actividade produtiva (pesca, agricultura, indústria). Duvidamos que (a curtíssimo prazo) nos seja acessível uma efectiva política de poupança de petróleo sem grave perturbação da qualidade de vida da sociedade portuguesa, limitando consumos por via fiscal ou por restrições directas impostas à procura.

O caminho desejável (a nosso ver, urgente e irremovível) aponta-nos indubitavelmente a reconversão por fases das estruturas vitais da nossa economia energética, na óptica predominante da segurança do abastecimento e relegando para segundo plano a problemática dos custos.

F. do A.